

EQUATORIAL SERVIÇOS S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
NIRE: 21300012974 | CNPJ nº 09.347.229/0001-71
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 08 de abril de 2026, às 09:30 horas, na sede social da Equatorial Serviços S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda A, Lote 1-F e 01-G, Quadra SQR-1, Bairro Quitandinha/Vinhais, São Luís, Maranhão, CEP 65.070-636. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação em virtude da presença da única acionista, representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. PRESENÇA:** Presente a acionista única, detentora de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas no "Livro de Presença de Acionistas", ficando, dessa forma, constatada a existência de quórum legal para a realização desta Assembleia. **4. MESA:** Presidente: Sr. Augusto Miranda da Paz Júnior; Secretária: Sra. Ana Sarah de Amorim Lopes. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aumento do capital social da Companhia, com emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com a consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (ii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) autorização aos diretores e/ou procuradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas na presente Assembleia Geral. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista única deliberou, sem ressalvas ou restrições, o quanto segue: 6.1. Aprovar o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 204.264.667,00 (duzentos e quatro milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais) com a emissão de 2.800 (duas mil e oitocentas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 72.951,67 (setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos) por ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A. 6.1.1. Em razão da deliberação acima, o capital social atual da Companhia, correspondente a R\$ 362.853.642,15 (trezentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quinze centavos), representado por 5.039 (cinco mil e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passa a ser de R\$ 567.118.309,15 (quinhentos e sessenta e sete milhões, cento e dezoito mil, trezentos e nove reais e quinze centavos) dividido em 7.839 (sete mil, oitocentas e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2. As ações ordinárias ora emitidas são totalmente subscritas pela acionista única da Companhia, a Equatorial S.A., correspondentes ao montante de R\$ 204.264.667,00 (duzentos e quatro milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais) e serão integralizadas até o dia 31 de dezembro de 2027 em moeda corrente nacional, conforme disposto no Boletim de Subscrição constante no Anexo I. 6.1.3. Aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a contemplar o aumento do capital social deliberado neste item 6.1, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 567.118.309,15 (quinhentos e sessenta e sete milhões, cento e dezoito mil, trezentos e nove reais e quinze centavos) representado por 7.839 (sete mil, oitocentas e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal". 6.2. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações aprovadas no item 6.1 e subitens acima, passando o referido Estatuto Social a vigorar com a redação constante do Anexo II. 6.3. Autorizar os diretores e/ou procuradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas na presente assembleia. **7. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, na forma de sumário, conforme o disposto no art. 130, §1º da Lei das S.A. Lida e achada conforme, foi a presente ata por todos assinada, bem como autorizado seu arquivamento no registro do comércio e posterior publicação. **8. ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: Augusto Miranda da Paz Júnior; Secretária: Ana Sarah de Amorim Lopes. Acionista única: Equatorial S.A. (r.p. Cristiano de Lima Logrado e Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima). Certifico o registro em 11/05/2026, sob o nº 20260473502. Carlos André de Moraes Pereira, Secretário-Geral - JUCEMA.

equatorial
SERVIÇOS

PEDIDO DE ISENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA S.A., 63.554.067/0263-16 torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM a Isenção de Licença Ambiental requerida para atividades de terapia ocupacional, de profissionais da nutrição, de psicologia e psicanálise, de fisioterapia, de fonoaudiologia e atividades de apoio à gestão de saúde, localizada na Avenida Daniel de La Touche, 987, Condomínio Shopping da Ilha T02 Salas 1304, 1305, 1306, 1307, CEP: 65.061-021, situadas no bairro Maranhão Novo, São Luís - MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ GRANDE/MA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 04/2026
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Igarapé Grande/MA, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2026, Processo Administrativo nº 02/2026, do tipo Menor Preço por Grupo, que tem como objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Igarapé Grande - MA, com data de abertura dia 29/05/2026, às 09h30min. A Licitação será regida pela Lei nº. 14.133/21 e suas alterações. O Edital poderá ser consultado e obtido GRATUITAMENTE na sala da Comissão Central de Licitação - CCL, localizado na Avenida João Carvalho, s/nº, Centro, Igarapé Grande, Maranhão, CEP - 65.720-000, de segunda a sexta-feira 08h00min às 13h00min ou através do e-mail: ccligarape@gmail.com, sítio: <https://www.igarapegrande.ma.gov.br>, Sinc-Contrata/TCEMA e ainda <https://www.licitaigarapegrandema.com.br/>.
Igarapé Grande/MA, 14 de maio de 2026.

Francisca Andreza Moura
Pregoeira

C.P.M. e SANTA CASA

PROCTOLOGIA

AO LADO DA DOM NA LAGOA DA JANSEN

DR LAUANDE

CONSULTAS E COLONOSCOPIAS
(98) 99985-7610

VENDE-SE CASA

SITUADA NA AVENIDA 14, Q.3 Nº 12 -
MAIOBÃO, PAÇO DO LUMIAR-MA
O TERRENO MEDE 12X35 m

PREÇO: R\$ 360.000,00
CONTATO: (98)99944-7210

Caso de doméstica grávida agredida no Maranhão será acompanhado pelo Senado

DIVULGAÇÃO

A Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou na quarta-feira (13) o envio de uma diligência ao Maranhão para acompanhar as investigações sobre as agressões sofridas pela trabalhadora doméstica Samara Regina, de 19 anos, em Paço do Lumiar, na Região Metropolitana de São Luís. A jovem, grávida de cinco meses, denunciou ter sido vítima de tortura, humilhações e ameaças dentro da casa onde trabalhava. A ex-patroa da vítima, Carolina Sthela Ferreira dos Anjos, e o policial militar Michael Bruno Lopes Santos, apontado como participante das agressões, estão presos. Segundo o inquérito, a empresária suspeitou que Samara tivesse furtado uma joia, mas o objeto foi encontrado posteriormente dentro da residência. Mesmo assim, as agressões teriam continuado por horas. Em depoimento, Samara afirmou que sofreu socos, tapas, puxões de cabelo e ameaças de morte enquanto tentava proteger a barriga. A investigação também reúne áudios atribuídos à empresária,



Carolina Sthela Ferreira dos Anjos foi presa após denúncias de agressões contra a trabalhadora doméstica Samara Regina, de 19 anos, em Paço do Lumiar, na Região Metropolitana de São Luís

nos quais ela relata as agressões e afirma que a vítima "não era pra ter saído viva". A OAB classificou o caso como tortura agravada, além de lesão corporal, ameaça e calúnia.

O Senado informou que irá monitorar o andamento das investigações e acompanhar a assistência prestada à vítima e ao bebê. A senadora Eliziane Gama afirmou que o

caso envolve indícios graves de violência de gênero e exploração laboral contra uma jovem em situação de vulnerabilidade.

PF aponta pagamento a policiais por acesso a dados sigilosos em investigações sobre Vorcaro

A Polícia Federal identificou indícios de que policiais federais da ativa e aposentados teriam atuado em favor do banqueiro Daniel Vorcaro mediante pagamentos e acesso irregular a informações sigilosas. As conclusões fazem parte da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, no âmbito das investigações relacionadas ao Banco Master. As apurações embasaram a sexta fase da Operação Compliance Zero, deflagrada

nesta quinta-feira, com mandados de prisão, busca e apreensão e afastamento de agentes públicos. Segundo a PF, os investigados integrariam uma estrutura informal chamada de "A Turma", usada para monitorar pessoas ligadas às investigações e acessar dados restritos da corporação. De acordo com a investigação, o grupo seria coordenado pelo policial aposentado Marilson Roseno da Silva, atualmente preso. Entre os alvos da operação está o agente

federal Anderson Wander da Silva Lima, apontado como operador próximo de Marilson e responsável por consultas irregulares em sistemas internos da PF. Mensagens interceptadas pela Polícia Federal mostram pedidos de informações sobre inquéritos sigilosos relacionados a crimes financeiros atribuídos a Daniel Vorcaro, além de referências a transferências financeiras classificadas como "presente" e "oferenda". Na decisão,

André Mendonça afirma que os pagamentos descritos seriam compatíveis com valores supostamente distribuídos ao grupo investigado. A Operação Compliance Zero apura suspeitas de organização criminosa, corrupção, acesso ilegal a dados protegidos e interferência em investigações do sistema financeiro. O caso segue sob análise do STF devido ao envolvimento de agentes federais e à conexão com investigações de maior alcance.

União prepara ofensiva nacional contra subnotificação de violência contra mulheres

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington Lima, afirmou que o governo prepara novas medidas para reduzir a subnotificação de casos de violência contra mulheres. Segundo ele, parte dos crimes deixa de ser comunicada às autoridades e, em outros casos, o Estado

não consegue responder com rapidez suficiente às denúncias registradas. Entre as ações em desenvolvimento está um modelo de análise preditiva para identificar padrões de comportamento de vítimas e agressores, permitindo atuação preventiva das forças de

segurança. O ministro também anunciou a criação da chamada "Patrulha do Feminicídio", grupo formado por mulheres das polícias Civil, Militar e Federal que irá acompanhar o cumprimento de metas de combate à violência em diferentes regiões do país. Durante a entrevista, Wellington

Lima também destacou ações voltadas ao combate de crimes digitais, incluindo medidas de regulamentação da internet e proteção de crianças e adolescentes nas plataformas digitais. Segundo ele, a intenção é ampliar mecanismos de controle e responsabilização no ambiente online.

Cade investiga suspeita de fraude em operação entre Master e PicPay

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a compra da seguradora Kovr pelo PicPay, controlado pela J&F, mas decidiu manter uma investigação paralela sobre possíveis irregularidades na operação. A área técnica do órgão apura suspeitas

de "gun jumping", prática caracterizada pela antecipação da operação antes da autorização definitiva dos reguladores, o que pode gerar multas às empresas envolvidas. Os técnicos analisam possíveis impactos relacionados à antiga estrutura do Banco Master,

ex-controlador indireto da Kovr, incluindo eventual fraude contra credores. O caso ganhou atenção após dúvidas sobre a forma como a seguradora deixou a estrutura ligada ao banco e sobre quem seria o comprador final do ativo antes da operação ser oficialmente apresentada ao

Cade. O PicPay afirmou que a aquisição foi conduzida em conformidade com a legislação e acompanhada pelas autoridades competentes. Mesmo sem identificar riscos concorrenciais relevantes, o Cade optou por aprofundar a análise diante das inconsistências apontadas no histórico societário da Kovr e do avanço das investigações envolvendo Daniel Vorcaro e o antigo Banco Master.